REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o
Secretário de Estado dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento (AR),
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
629	10-02-2017	Nº: 2183/2017 ENT.: 1663/2017 PROC. Nº: 868.174	13-03-2017

ASSUNTO: Pergunta n.º 3231/XIII/2.ª de 10 de fevereiro de 2017
- Fiscalização de furtos de produtos agrícolas
- Grupo Parlamentar do CDS-PP

Encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Administração Interna de enviar a V. Exa. a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe, dirigida a este Membro do Governo.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Jorge Costa

Anexo: o referido
KF/es

Gabinete da MINISTRA DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
Praça do Comércio, Ala Oriental 1149-015 Lisboa, Portugal
TEL + 351 213233000 **FAX** +351 213232035 **EMAIL** gabinete.mai@mai.gov.pt - **www.portugal.gov.pt**

Pergunta n.º 3231/XIII/2.ª, de 10 de fevereiro de 2017

Grupo Parlamentar do CDS-PP

Prazo: 30 dias (12/03/2017)

- *Fiscalização de furtos de produtos agrícolas*

Em resposta às questões colocadas a respeito do assunto em referência, o Ministério da Administração Interna (MAI) tem a esclarecer o seguinte:

Foram solicitadas informações adicionais ao Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana (GNR) e à Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP) sobre a matéria em apreciação e que, infra, se sintetizam.

Anualmente, de novembro a janeiro, as explorações agrícolas levam a efeito as campanhas de apanha, preparação, transporte e transformação para venda de produtos agrícolas, tomando a GNR a iniciativa de sensibilizar este setor para os riscos inerentes a essa atividade, pretendendo-se que nestas abordagens o cidadão seja alertado para todo o tipo de ameaças a que poderá estar sujeito.

Ao longo dos últimos 4 anos o crime de furto de produtos agrícolas tem sofrido um ligeiro aumento, sendo que no ano de 2016 foi possível inverter essa tendência:

Analisada a distribuição da criminalidade participada ao nível dos distritos, verifica-se que os distritos de Portalegre e Setúbal foram aqueles que mais participações registaram.

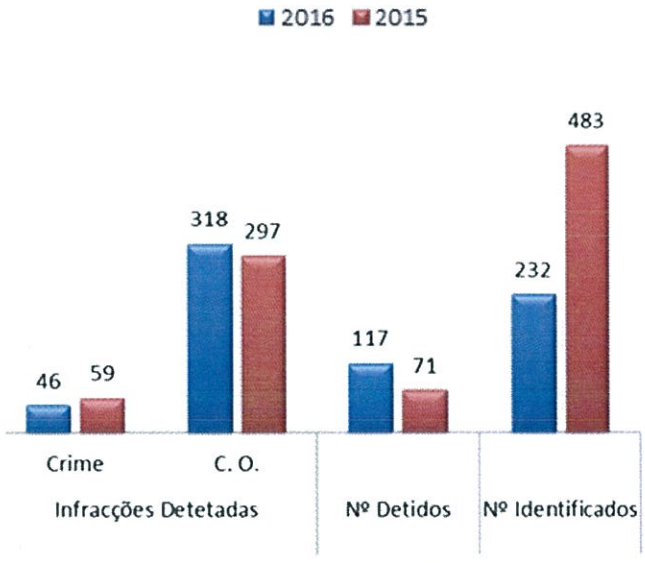
Através da Operação "Campo Seguro" a GNR pretende sensibilizar a população em geral, e a rural em particular, para a adoção de comportamentos para prevenir eventuais ilícitos criminais, nomeadamente, o furto de produtos agrícolas, o furto de cobre e outros metais não preciosos, situações de exploração do trabalho especialmente interligadas com o tráfico de seres humanos e ainda, para a utilização segura dos veículos agrícolas.

A GNR desenvolve diversas ações de sensibilização, direcionadas a setores da população mais vulneráveis a certos riscos, com o intuito de alertar para aspetos fundamentais da segurança dos cidadãos procurando promover a adoção de comportamentos seguros.

Têm ademais sido desenvolvidas algumas operações em parceria, designadamente, entre a GNR, a ASAE, o SEF, a ACT e a Guarda Civil espanhola.

Entre 1 de novembro de 2016 e 31 de janeiro de 2017 a GNR intensificou o patrulhamento nas explorações agrícolas, com o objetivo de prevenir a criminalidade em geral e, em particular, o furto de produtos agrícolas, o furto de cobre e outros metais não preciosos e ainda situações de tráfico de seres humanos.

Em 2016 no âmbito no âmbito da Operação em causa foram empenhados 14.652 militares da GNR e sensibilizados 22.426 cidadãos, sendo possível destacar a apreensão de 55.526,5kg de azeitonas e 525kg de pinhas, e tendo o número de detenções em 2016 sofrido um aumento face a 2015, relacionado com o número de situações de flagrante delito:



Ainda no âmbito de atuação da GNR cumpre referir a atividade desenvolvida pelo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), com competência de fiscalização em matéria ambiental, que procede ao longo do ano a uma monitorização de índole ambiental que visa verificar se estão a ser cumpridas todas as normas de funcionamento, desde o licenciamento à gestão correta de resíduos da atividade desenvolvida nos lagares de azeite.

Anualmente ocorre uma operação, entre os meses de novembro e janeiro, designada de "Operação Lagareiro" que visa promover ações de fiscalização às instalações fabris de produção de azeite, para identificar e reprimir incumprimentos à legislação em vigor. Nesta operação é verificado o licenciamento dos lagares de produção de azeite, é verificada se a gestão de todos os resíduos provenientes da transformação de azeitona em azeite, bagaço e águas ruças está a realizar-se de forma correta e eventualmente outras situações que constituam infração às normas de proteção do ambiente.

No decorrer da última "Operação Lagareiro" que terminou em 31 de janeiro, houve um empenhamento de 912 efetivos, foram fiscalizados 346 lagares de azeite e levantados 50 autos de contraordenação por infrações detetadas.

No âmbito da área de responsabilidade da PSP, durante o ano de 2016, a PSP teve conhecimento da prática de ilícitos criminais relacionados com produtos agrícolas, nomeadamente corte ilegal de árvores, furto de sobreiros e azinheiras, furto de eucaliptos, furto de uvas e pinhas, furto de lenha e furto de azeitona.

A PSP teve conhecimento que na zona de Elvas funcionou um centro de receção de azeitona, que foi alvo de fiscalização conjunta entre a PSP, a GNR e a Autoridade Tributária e que estava devidamente legalizado, não tendo sido detetada nenhuma infração.

Ainda relacionado com o crime de furto de azeitona, em dezembro de 2016, a PSP procedeu à detenção de um indivíduo do sexo masculino com 34 anos, por furto de azeitona, tendo sido apreendidos no momento da detenção 32 kg deste produto.

Na zona do Alentejo a PSP na vertente preventiva realizou, em 2016, diversas sessões de esclarecimento, juntamente com a GNR, relativamente à fiscalização e receção de azeitona. No que se refere à vertente repressiva realizou inúmeras ações de fiscalização direcionadas para o transporte de mercadorias de todo o tipo de produtos, inclusive produtos agrícolas, sendo que os elementos policiais, em regra, solicitam o

documento comprovativo da origem e destino dos bens transportados, através da verificação, sempre que possível, das respetivas guias de transporte. Saliente-se, ainda, a realização pela PSP de operações conjuntas com a ASAE e a Autoridade Tributária.

Considera-se, assim, que as Forças de Segurança realizaram várias ações de sensibilização, de policiamento e de fiscalização que visam garantir o desenrolar das diversas campanhas agrícolas num clima de segurança e proteção de pessoas e bens, tendo procurado assegurar o controlo da proveniência e transporte dos produtos agrícolas, nomeadamente através da realização de ações de fiscalização nas vias de acesso a locais de armazenamento.